

“Dialogar sobre violações dentro das empresas é um problema”

Por Rosa Asendorpf · 14/12/2017

Na semana de comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, responsabilidade de empresas em violações é tema de debate. Casos históricos como a recuperação de documentos que demonstram a colaboração da Volkswagen com a Ditadura são fundamentais e demonstram a importância da defesa dos direitos humanos

Por Rosa Asendorpf

CUT (3)

Laura Burzywoda, Lilian Rose Arruda, Jandyra Uehara, João Felício, Antônio José Marques e Aroaldo Oliveira da Silva

Nos últimos meses, casos de violações de direitos humanos cometidas por empresas ganharam destaque na mídia. O principal exemplo talvez seja o caso da Volkswagen, que, por conta de provas de sua colaboração com a Ditadura no Brasil, ganhou [manchetes no Brasil e na Alemanha](#). Não é um problema isolado e, infelizmente, a questão ainda é presente. Até hoje, trabalhadores e trabalhadoras continuam tendo direitos básicos violados. A responsabilidade histórica e atual de empresas multinacionais e nacionais, os abusos e violações cometidos, estão entre os temas discutidos no seminário “As empresas e as violações dos direitos humanos: passado, presente, futuro”, realizado na última terça-feira, 12 de dezembro, na sede da CUT, em São Paulo.

CUT

O encontro fez parte das iniciativas da semana em que se comemora os setenta anos da [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948 e foi organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), por meio da [Secretaria de Políticas Sociais](#) e Direitos Humanos e do [Centro de Documentação e Memória Sindical](#).

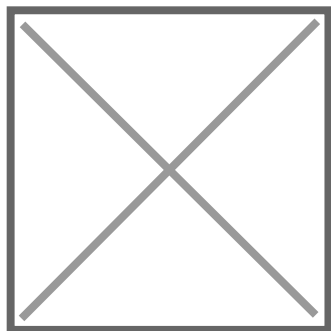
A mesa de debates contou com a participação do presidente da Confederação Sindical Mundial (CSI), João Felício, do historiador, arquivista e coordenador do CEDOC/CUT Antônio José Marques, da cientista social e coordenadora de pesquisas do Instituto Observatório Social Lilian Rose Arruda, da antropóloga e coordenadora da Fundação Rosa Luxemburgo Laura Burzywoda e do sindicalista do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Aroaldo Oliveira da Silva. A mediação foi feita por Jandyra Uehara da Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT.

Direitos humanos no Brasil

“O Brasil é um país muito ambíguo em relação a direitos humanos. Temos alguns instrumentos legais que são muito avançados, incluindo a Constituição de 1988. Foram criadas políticas públicas para combater o trabalho escravo e durante os governos Lula [2003–2010] e Dilma [2011–2016] essas políticas foram reforçadas. Mas, quando observamos o estado de direitos humanos no Brasil, quando chegamos ao mundo real, vemos que a situação é ruim. Todos os tipos de violência existem: contra mulheres, especialmente mulheres negras, contra população pobre, comunidade LGBT e crianças”, ponderou Lilian Rose Arruda do Instituto Observatório Social.

A cientista social lembrou que a violência muitas vezes está ancorada em percepções e convivência da própria sociedade. Ela cita pesquisas do Datafolha que expõe que boa parte da população brasileira concordam com a frase “bandido bom é bandido morto” e [87% aprovam a redução da maioria penal](#). Há outros

levantamentos recentes que apontam uma adesão menor a posturas conservadoras, como o do instituto Big Data [divulgado em novembro pelo jornal Valor](#), mas o fato é que parte da sociedade é contrária aos direitos humanos e o tema ainda é polêmico no Brasil.



Aroaldo Oliveira da
Silva

“Dialogar sobre direitos humanos já é um problema no Brasil, dialogar sobre violações dentro das empresas é um problema maior ainda”, confirmou o sindicalista Aroaldo Oliveira da Silva, reforçando a necessidade de trabalhar com a própria concepção sobre direitos humanos. A valorização do tema, defenderam participantes, tem que ser priorizada na sociedade. “Isso porque direitos humanos são direitos de diferentes formas como direitos sociais, trabalhistas, sindicais, políticas, econômicas, ambientais e culturais”, explicou o historiador Antônio José Marques.

Os debatedores também lembraram que a defesa de direitos está mais presente no dia-a-dia do que as pessoas imaginam. “Todo cidadão tem o direito de falar por esse salário não quero trabalhar”, exemplificou João Felício, lembrando que são valores fundamentais. “Mesmo assim o tema é bastante recente no sindicato brasileiro”, ponderou Antônio José Marques. Ele argumentou que, justamente por isso, é fundamental salientar a importância dos arquivos, da gestão documental, do acesso a documentos e informações por parte de sindicatos e empresas para a

proteção, respeito e reparação aos direitos humanos. Sua fala reforçou a importância da preservação e resgate da documentação de casos de violações para pressionar as empresas a cuidar dos direitos humanos.

O caso Volkswagen

Entre os casos documentados está o da Volkswagen. A antropóloga Laura Burzywoda, que pesquisou sobre a colaboração da empresa com a ditadura, contextualizou o papel da empresa: “Depois do golpe em 1964, a Volkswagen aproveitou bastante do chamado ‘milagre econômico brasileiro’ nos anos 70. A extinção dos direitos trabalhistas permitiu o aumento das jornadas de trabalho, a redução de segurança e, assim, a aceleração da produção”.

“Além disso, a empresa manteve contato muito próximo com o regime cívico-militar, como mostrou pela primeira vez o [relatório final da Comissão Nacional de Verdade](#), publicado em 2014. A Volkswagen é acusada de colaborar diretamente com o regime militar. Tem documentos que comprovam que o departamento de segurança juntou informações sobre seus trabalhadores, sobretudo sobre sua militância política, e passou essas informações para o DOPS. Assim, a Volks possibilitou perseguição e prisões de vários trabalhadores”, explicou a pesquisadora.

A importância da documentação de casos assim fica clara a partir de conquistas como a divulgação do caso em [reportagens bastante completadas e detalhadas](#), ou mesmo a investigação aberta pelo Ministério Público Federal em outubro de 2015, a partir de [denúncia apresentada em setembro](#). Mais informações sobre esse caso e outros

similares estão disponíveis no livro *Empresas alemãs no Brasil – o 7 a 1 na economia* do jornalista alemão Christian Russau (que pode ser lido na íntegra [aqui](#)).

CUT (1)new

Resistências

Como fazer com que empresas protejam e respeitem os direitos humanos e promovam as devidas reparações, ou mesmo que se desculpem por violações cometidas?

Para os participantes, entender que a violação de direitos humanos não é apenas problema do passado, mas também do presente, é um dos caminhos para mudar a realidade. É necessário, defenderam, investir mais em formação e educação sobre direitos humanos nas escolas para as pessoas saibam sobre os seus direitos e também sobre direitos humanos em geral. Especialmente na situação na qual se encontra o Brasil hoje, onde “o governo ataca os direitos humanos em todos os aspectos”, destacou Antônio, e onde a “vitória dos políticos prejudicou toda a luta por direitos humanos”, completou João Felício, a resistência contra violações de direitos humanos é cada vez mais importante.

Dentro dessa perspectiva, é fundamental não limitar o debate aos casos históricos, como o da Volkswagen, mas sim, junto com a luta por memória e indenizações, buscar também valorizar as conquistas, ainda que não integrais. [Agir para que no futuro violações tão graves simplesmente não sejam mais possíveis.](#)

Leia [a capa-JAQUETA-EMPRESAS-ALEMAS-NO-BR-f3_Página_1](#) sobre os impactos sociais e ambientais da atuação de empresas alemãs no Brasil no livro [Empresas alemãs no Brasil](#), de Christian Russau. Além do caso da Volkswagen, a publicação, que foi distribuída durante o debate,

apresenta, a partir de apuração detalhada e bem fundamentada em documentos, casos envolvendo também a siderúrgica Thyssen-Krupp, a Siemens, a Bayer, além empresas seguradoras e resseguradoras como a Allianz e Munich Re.

Navegue por cada capítulo:

[Parcerias amorais](#)

[Negócios bombásticos](#)

[Colaboração e cálculo](#)

[Caminho das pedras](#)

[Poluição e espoliação no RJ](#)

[Os rios barrados e malditos da Amazônia](#)

[Lavoura para o mercado mundial](#)

[Podemos agir de outro jeito](#)

Fotos: Roberto Parizotti e Rosa Asendorpf